



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



Entendendo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

Marcelo Recktenvald

**Professor do Curso de Administração no Centro Universitário de Brusque-
Unifebe
marcelo@unifebe.edu.br**

Amélia Silveira

**Professora do Programa De Pós-Graduação em Administração da
Universidade Regional de Blumenau - Furb
amelia@furb.br**

RESUMO

O governo brasileiro, por meio do Ministério de Educação (MEC), exerce um papel de regulação da qualidade da educação superior brasileira. Com a instituição da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que propõe a articulação da regulação governamental com as iniciativas de auto-avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES). Desde o início das discussões, configurou-se como uma ação integradora das iniciativas anteriormente desarticuladas – regulação e avaliação – em um Sistema que soma os esforços das instituições com os esforços governamentais. Entretanto, o entendimento da presente avaliação institucional brasileira, e a forma como o SINAES se apresenta frente ao modelo anterior, constitui-se em questão principal para o norteamiento da ação avaliadora em IES. Esta preocupação conduziu à realização de uma pesquisa exploratória, com a utilização de métodos qualitativos, sendo o bibliográfico e o documental, voltados para a análise do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), Exame Nacional de



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



Cursos (ENC), a Avaliação das Condições de Ensino (ACE), a Avaliação Institucional (AI), e o SINAES, de forma a evidenciar pontos convergentes e divergentes nos modelos estudados. Pela análise empreendida, percebe-se que ao comparar o SINAES com o sistema anterior, verificam-se avanços conceituais, uma vez que o SINAES resgatou os princípios de avaliação institucional preconizados pelo PAIUB, ao mesmo tempo em que se orienta pelos critérios e padrões, internacionalmente aceitos, de avaliação educacional. Entre outros pontos, o trabalho evidencia os avanços conceituais e metodológicos com a implantação do SINAES e o aumento da complexidade em gerir o Sistema. Permanece a necessidade de que o SINAES – ou qualquer outro sistema de avaliação da educação superior – aperfeiçoe as suas bases teóricas, conceituais e metodológicas para avaliar a qualidade da educação superior.

Palavras-chave: Auto-Avaliação Institucional. SINAES. Instituições de Ensino Superior. Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

A política de avaliação para o ensino superior no Brasil, utilizada pelo Ministério de Educação (MEC) apresentou recentes modificações com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004).

Cabe ressaltar que, no caso do ensino superior brasileiro, a regulação que norteou a prática avaliativa, até o ano de 2003, esteve baseada nos seguintes pontos: a) no Exame Nacional de Cursos (ENC), o chamado provão; b) na Avaliação das



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



Condições de Ensino (ACE), procedimento este utilizado pelo MEC para o reconhecimento ou renovação dos cursos de graduação; e c) na Avaliação Institucional (AI), responsável pela verificação das condições gerais de funcionamento dos estabelecimentos de educação superior. A avaliação institucional, por sua vez, foi reconhecida em nível governamental – embora não incentivada – tão somente pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). (BRASIL, 1994). O SINAES, entretanto, configurou-se, desde o início das discussões, como uma ação integradora das iniciativas anteriormente desarticuladas – regulação e avaliação – em um Sistema que soma os esforços das instituições com os esforços governamentais. Propõe a articulação da regulação governamental com as iniciativas de auto-avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES). Desta forma, o entendimento desta nova configuração da avaliação institucional brasileira, e a forma como o SINAES se apresenta frente ao modelo anterior, constitui-se em questão principal para o norteamento da ação avaliadora em instituições de ensino superior (IES). A preocupação com o entendimento e o significado do SINAES se justifica pelo seu pouco tempo existência, uma vez que ainda está se firmando como modelo de avaliação. Outro ponto que justifica esta preocupação, é que o SINAES mantém em seu escopo princípios anteriormente defendidos pelo PAIUB e pelos instrumentos de regulação governamental.

Buscando evidenciar os pontos convergentes e divergentes dos modelos utilizados pelo Governo, de 1994 a 2004, o objetivo deste estudo volta-se para a apresentação de uma síntese comparativa dos modelos de avaliação institucional brasileiros: PAIUB, ENC, ACE, AI e SINAES.



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



Quanto ao método de pesquisa, este estudo é exploratório, com métodos qualitativos, sendo estes o bibliográfico e o documental. A revisão de literatura serviu de suporte para seu desenvolvimento, assim como os documentos referentes aos modelos estudados.

2 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

O modelo de avaliação brasileiro utilizado até o ano de 2003, teve como seus principais ícones a implantação do PAIUB, em 1994, do ENC e da ACE, em 1996, e da AI, em 2001. Observa-se que tais modalidades de avaliação e regulação sustentavam-se em lógicas distintas, sendo que mais especificamente o PAIUB e o ENC poderiam ser considerados um a antítese do outro. (GOMES, 2004)

2.1 O Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB)

O PAIUB foi um programa coordenado pelo MEC, desenvolvido a partir do ano de 1993, correspondendo aos anseios das universidades. Segundo consta no seu documento geral,

o objetivo geral da avaliação de desempenho das universidades é uma forma de rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas. A utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais da universidade traduzida em compromissos científicos e sociais, assegura a qualidade e a importância dos seus produtos e a sua legitimação junto à sociedade (BRASIL, 1994, p.13).

Como objetivos específicos do PAIUB, foram mencionados: a) promover um processo criativo de autocrítica da instituição e de auto-avaliação; b) conhecer a inter-relação das tarefas acadêmicas em suas distintas dimensões; c) estabelecer e restaurar compromissos com a sociedade; d) repensar objetivos coerentes com as



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



modificações estruturais da sociedade brasileira; e) estudar, propor e implementar as mudanças necessárias (BRASIL, 1994).

Voltado mais especificamente à graduação, o PAIUB recomendava uma metodologia de avaliação que previa dois momentos básicos: a auto-avaliação e a avaliação externa. Na primeira etapa, segundo Ristoff (1999), considerada como uma avaliação interna, as universidades organizam seus dados cadastrais e avaliam seus cursos. A avaliação externa, por sua vez, é realizada por comissões especialmente constituídas para tal fim, as quais “analisam os dados apresentados, visitam a instituição e publicam relatório com a avaliação dos cursos” (RISTOFF, 1999, p.206).

Os princípios norteadores do PAIUB, resumiam-se em: 1. Globalidade. 2. Comparabilidade. 3. Respeito à identidade institucional. 4. Não punição ou premiação. 5. Adesão voluntária. 6. Legitimidade. 7. Continuidade (BRASIL, 1994, p.8).

2.2 Os instrumentos de regulação: ENC, ACE e AI

De acordo com Vianna (2003, p.66), “o critério de avaliação das instituições não se restringe apenas a provas, inclui, também, a avaliação do corpo docente, a do projeto pedagógico e a da infra-estrutura institucional que, juntamente com o Exame Nacional de Cursos, resultam na Avaliação das Condições de Ensino”. Notadamente, o autor está se referindo à diversidade de instrumentos de regulação, os quais serão detalhados, a seguir:

2.2.1 O Exame Nacional de Cursos (ENC)

O ENC, que ficou conhecido como provão, foi implantado a partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Seu principal objetivo foi avaliar os cursos



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



de graduação, por meio de uma prova que era aplicada aos alunos formandos. Essa prova era constituída de um teste de conhecimento, com questões discursivas ou questões discursivas e objetivas e um questionário com perguntas sócio-culturais, expectativas, impressões sobre o curso e sobre a própria prova.

Críticas mais recentes de Araújo; Ristoff (2003), consideravam que o provão era reprovado nos quatro critérios da avaliação, uma vez que “dizem os especialistas que a avaliação precisa ser avaliada quanto a sua viabilidade, exatidão, utilidade e justiça” (ARAÚJO; RISTOFF, 2003, p.1). Os autores, com este entendimento, estão avaliando o provão à luz dos atributos do Joint Committee¹ (THE JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION, 1994).

Cabe ressaltar que o ENC não está mais sendo realizado, tendo sido extinguido pela MP 147, de 15 de dezembro 2003, e substituído pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) por ocasião da publicação da Lei 10.861 de 14 de abril de 2004.

2.2.2 O Avaliação das Condições de Ensino (ACE)

A ACE tem como objetivo garantir, por meio de avaliações periódicas “in loco”, a qualidade do ensino de graduação oferecido pelas IES, gerando informações para subsidiar o MEC nas decisões de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação. Portanto, trata-se de um instrumento de acreditação, executado por comissões de especialistas designados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que verificavam os diversos aspectos do curso, tais como o seu funcionamento, a gestão, as atividades

¹ Comitê patrocinado por quinze associações profissionais americanas, entre elas a Associação Americana dos Administradores de Escolas, a Associação Americana de Pesquisas Educacionais, a Associação Americana de Avaliação e a Associação Americana de Psicologia.



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



acadêmicas e a infra-estrutura. De acordo com Davok; Brotti (2004), os procedimentos da ACE abrangem três dimensões de análise: a) organização didático-pedagógica; b) corpo docente e; c) instalações. Cada uma das dimensões avaliadas recebe conceitos aferidos pelas comissões, as quais podem propor recomendações para o aperfeiçoamento das condições de ensino e para o saneamento das deficiências encontradas. Além disso, a avaliação “in loco” visa verificar a adequação da infra-estrutura e dos recursos humanos, verificando se os mesmos estão a serviço dos objetivos explicitados no projeto do curso. As comissões podem ainda estabelecer comparações entre as situações reais e os documentos previamente examinados.

Com a implantação do SINAES, a ACE foi mantida sob a nomenclatura Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), ainda em consonância aos critérios estabelecidos em 1996 na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (SAVIANI, 1997). Contudo, há uma tendência eminente de modificação na ACE, uma vez que a reforma universitária, em discussão, aponta para a alteração de seus dispositivos de regulação.

2.2.3 Avaliação Institucional (AI)

Diferentemente da ACE, voltada aos cursos, a AI teve um foco mais amplo, ou seja, a universidade como um todo. Sua finalidade era verificar as condições gerais de funcionamento das IES e gerar informações para auxiliar as tomadas de decisões do MEC sobre credenciamentos e re-credenciamentos das instituições.

A exemplo da ACE, essa avaliação era realizada por comissões de professores inscritos no Cadastro Permanente de Avaliadores Institucionais do MEC, os quais verificavam a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das IES, em relação aos seguintes aspectos: a) objetivos, metas e ações das instituições; b)



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



políticas de qualificação e de valorização dos professores; c) características qualitativas e quantitativas dos docentes, discentes e pessoal de apoio técnico; d) infra-estrutura e organização institucional; e) gestão acadêmica; e f) atividades de ensino, pesquisa e extensão. Portanto, a AI pode ser considerada como um instrumento de controle das informações relatadas no Formulário Eletrônico, no PDI e nos relatórios de auto-avaliação das IES.

2.3 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

O SINAES é um programa de avaliação da educação superior que tem por finalidade permitir o acompanhamento da evolução da qualidade do ensino superior e permitir que o MEC conduza o processo de credenciamento ou renovação de credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, em consonância com o Art. 9º, inciso IX, da Lei nº 9.394, de 1996. Sua coordenação se faz pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), órgão do âmbito do Ministério da Educação, vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado. (BRASIL, 2004)

Ao promover a avaliação, o SINAES deve assegurar: a) a avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos; b) o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos; c) respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos; e d) a participação do corpo discente, docente e técnico administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações. Os resultados da



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



avaliação constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior.

O SINAES compreende três modalidades de instrumentos, que devem ser aplicadas em diferentes momentos componentes principais, listados a seguir:

(1) Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:

(a) auto-avaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, a partir de 1º de setembro de 2004;

(b) avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.

(2) Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.

(3) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) – aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. Anualmente, o Ministro da Educação, com base em indicação da CONAES, definirá as áreas que participarão do ENADE. (BRASIL, 2004, p.4-5)

2.3.1 A Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES)

A Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, assegura que a avaliação das instituições deverá utilizar procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa “in loco”. Seu objetivo é identificar o perfil e o significado da atuação das instituições, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, avaliando diferentes dimensões, as quais envolvem não apenas aspectos internos, mas da própria inserção da IES na sociedade. Para que estas múltiplas dimensões possam ser avaliadas, o MEC não mais utilizará



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



somente comissões externas de avaliadores. O primeiro passo será a avaliação interna ou auto-avaliação, realizada pela CPA e, somente depois os documentos produzidos pela CPA, e outros aspectos, serão avaliados externamente, por uma comissão de avaliadores externos.

2.3.1.1 Auto-avaliação das IES

Prevê a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que, para a prestação de informações solicitadas pelo INEP, a IES tenha constituído CPA, composta por participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sendo vedadas composições que privilegiem a maioria absoluta de um dos segmentos. A CPA terá atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES. Desde setembro de 2004, a CPA é o órgão responsável pela avaliação interna (ou auto-avaliação) da IES.

De acordo com o documento de orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições, constituem-se requisitos da auto-avaliação: a) existência de uma equipe de coordenação e participação dos integrantes da instituição; b) compromisso explícito por parte dos dirigentes das IES; c) informações válidas e confiáveis e, d) o uso efetivo dos resultados (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, 2004). Neste sentido, a equipe de coordenação deve ser responsável pelo planejamento e organização das atividades, além de sensibilizar a comunidade e fornecer suporte aos diferentes setores da IES, e, desta forma, tentar manter o interesse pela avaliação, além de refletir sobre o processo. A promoção da participação dos integrantes da instituição também é considerada como requisito, pois o envolvimento dos diferentes *stakeholders* auxilia na construção do conhecimento gerado na avaliação. O compromisso explícito dos dirigentes das IES em relação ao processo



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



avaliativo, é na forma de apoio institucional, e não em participação como membros das comissões instaladas. A preocupação com informações válidas e confiáveis implica em uma atenção específica em relação à coleta, processamento, análise e interpretação de informações. Por fim, os usos efetivos dos resultados, planejando ações em busca da melhoria institucional, deve estar assegurado.

Embora a metodologia, os procedimentos e os objetivos do processo avaliativo devam ser elaborados pela própria IES, segundo a sua especificidade e dimensão, ouvindo a comunidade, devem estar em consonância com as diretrizes da CONAES. Isto significa que devem obedecer a uma dinâmica de funcionamento que permita a regulação, sendo que o processo em si foi organizado em três etapas: preparação, desenvolvimento e consolidação (BRASIL, 2004). A etapa de preparação contempla a constituição da CPA, o planejamento do projeto e a sensibilização da comunidade acadêmica e regional. O desenvolvimento consiste na concretização das atividades planejadas, de acordo com as orientações do CONAES. A consolidação refere-se à elaboração, divulgação e análise do relatório final, e a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados.

2.3.1.2 Avaliação Externa

De acordo com as diretrizes para a avaliação das IES, os resultados da avaliação interna, realizada pela CPA, serão submetidos ao olhar externo de especialistas de áreas/cursos, de planejamento e de gestão da educação superior, na perspectiva de uma avaliação externa das propostas e das práticas desenvolvidas. Como a avaliação interna já segue um roteiro especificado pelo INEP, as ações de avaliação interna e externa devem ser realizadas de forma combinada e complementar, havendo em ambas plena liberdade de expressão e busca de rigor e de justiça. A



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



avaliação externa é subdividida em duas etapas, uma visita dos avaliadores à instituição e a elaboração do relatório de avaliação institucional.

Durante a visita, e após a análise prévia do relatório de auto-avaliação, os avaliadores externos devem conversar com os dirigentes, os docentes, os discentes e os técnico-administrativos, objetivando conhecer, em detalhes, como são desenvolvidas as atividades da IES. Poderão, neste momento, esclarecer as dúvidas que possam ter permanecido após a leitura do relatório de auto-avaliação, e também poderão analisar os documentos e instalações da instituição.

Na segunda etapa, a comissão de avaliadores trabalha na elaboração do relatório de avaliação institucional, tendo por base os documentos da instituição, as informações advindas dos diversos processos avaliativos (ENADE e Avaliação de Cursos), as consultas desenvolvidas pelo MEC (Censo, Cadastros, Relatórios CAPES), a realização de entrevistas e as demais tarefas desenvolvidas durante a visita, bem como o relatório de auto-avaliação.

Assim, os resultados dessa avaliação serão encaminhados a CONAES na forma de um relatório, para a elaboração de seu parecer conclusivo. “Esse parecer [...] será a base para subsidiar a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento de políticas internas da IES, bem como para a implantação ou manutenção de políticas públicas relacionadas à regulação do sistema de educação superior do país” (BRASIL, 2004, p.13).

Caso os resultados da avaliação sejam considerados insatisfatórios, o SINAES prevê a celebração de um protocolo de compromisso entre o MEC e a respectiva instituição, onde deverão constar os encaminhamentos, processos e ações que



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



deverão ser adotados pela instituição com vistas a superação das dificuldades detectadas, bem como os prazos devidos.

2.3.2 A Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)

O segundo componente do SINAES é a avaliação de cursos de graduação, que tem por objetivo a identificação das condições de ensino oferecidas aos estudantes, principalmente no que diz respeito ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica. Um instrumento obrigatório na avaliação de cursos refere-se às visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

A ACG é um instrumento de acreditação, uma vez que é o responsável pelas autorizações e reconhecimentos de cursos de graduação. Na visão de Davok; Brotti (2004, p.7), “esse instrumento de avaliação parece ser o único preservado pelo SINAES, dentre aqueles utilizados para a avaliação da educação superior até 2003, quando era denominado ACE; todavia, não há referência clara com relação a isso nos documentos do SINAES”.

2.3.3 O Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE)

Por fim, o terceiro componente refere-se à avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação, que realizado mediante aplicação do ENADE, um componente curricular obrigatório dos cursos de graduação que substitui o ENC, antigo provão.

Diferentemente do ENC, o ENADE é aplicado periodicamente, não em todo o universo, mas em amostras definidas pelo INEP. Ao invés de uma prova no final do



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



curso, são aplicadas duas provas, ao final do primeiro e do último ano de curso, acompanhadas de instrumentos de avaliação do perfil dos estudantes.

De acordo com Ristoff; Limana (2004, p. 1), “a nota do Enade não será considerada igual à qualidade do curso, ela também não será, por consequência, usada para fazer ranqueamentos”.

Os conceitos de desempenho dos alunos no ENADE são expressos em uma escala de cinco níveis, tomando por base padrões mínimos de desempenho pré-estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento. Todavia, os resultados não são tornados públicos nominal e individualmente, cabendo ao INEP informar exclusivamente a cada aluno o seu resultado individual (DAVOK; BROTTI, 2004, p.8)

3 SÍNTESE COMPARATIVA DOS MODELOS

A nova proposta do SINAES, que teve sua implantação iniciada em 2004, substitui o ENC pelo ENADE. A ACE continua sendo realizada, só que com outra sigla: ACG. A AI, agora conhecida como AVALIES, é realizada em duas partes, a auto-avaliação e avaliação institucional externa.

De um modo geral, ao comparar o SINAES com o sistema anterior, aparentemente, verificam-se avanços conceituais, uma vez que o SINAES resgatou os princípios de avaliação institucional preconizados pelo PAIUB, ao mesmo tempo em que se orienta pelos critérios e padrões de avaliação educacional do THE JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION (1994), internacionalmente aceitos.

Conforme sugerem Davok; Brotti (2004), a concepção de avaliação resgatada pelo SINAES pode dar maior viabilidade técnica e política aos atuais processos avaliativos, porque a sua implementação se dá com o envolvimento e a participação democrática de membros do MEC, da comunidade educativa e demais *stakeholders*



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



da educação superior. Assim, os resultados do SINAES poderão efetivamente, além de subsidiar as decisões do MEC sobre o (re)credenciamento de IES e o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação, ser úteis para guiar decisões no sentido de melhorar a qualidade da educação superior. É esta a essência de uma avaliação formativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, por um lado ocorrem avanços conceituais e metodológicos com a implantação do SINAES, por outro lado, aumenta a complexidade em gerir o Sistema. São mais cursos sendo avaliados, são mais instituições – uma vez que estão sendo envolvidas as IES vinculadas aos sistemas estaduais de educação – são mais indicadores avaliados e é maior o número de *stakeholders* envolvidos. Há uma necessidade eminente de que o SINAES – ou qualquer outro sistema de avaliação da educação superior – aperfeiçoe as suas bases teóricas, conceituais e metodológicas para avaliar a qualidade da educação superior. Os princípios formativos e emancipatórios descritos em seu texto, se entendidos e julgados significativos na prática da ação poderão corresponder a um avanço no processo de avaliação institucional, não redundando em mero controle coercitivo governamental. A avaliação institucional pode ser entendida, assim, segundo o que preconizavam Freitas; Silveira (1997): um processo integrador que revela, discute, complementa, amplia e propõe caminhos alternativos de ação para a gestão administrativa da Instituição.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz; RISTOFF, Dilvo Ilvo. **O peso do provão.** Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/artigos/luiz_dilvo.htm>. Acesso em: 25 de nov. 2004. 10:56



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



BRASIL. Lei n.10.861, de 14 de Abril de 2004. In: **Avaliação**, Campinas, v.9, n.2 , p.37-49, junho, 2004.

_____. Programa de avaliação institucional das universidades brasileiras (PAIUB). Brasília, Secretaria de Educação Superior, MEC, 1994.

_____. **Sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES):** da concepção à regulamentação. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/catalogo_dinamico/provao/2004/sinaes.pdf>.

Acesso em: 24 de nov. 2004. 14:10

DAVOK, Delsi Fries; BROTTI; Maria Gorete. Panorama da avaliação da educação superior no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 4, 2004, Florianópolis. **Anais...** Disponível em: <<http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio/anais/a4.htm>>. Acesso em: 25 de maio. 2005. 15:39

FREITAS, Ieda Maria Araújo Chaves ; SILVEIRA, Amélia. **Avaliação da Educação Superior**. Florianópolis, Insular, 1997.

GOMES, Alfredo Macedo. **O exame nacional de cursos como política de avaliação do ensino superior:** origens, contrastes e sua importância para a política de regulação estatal do ensino superior. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/24/t1145270582958.doc>>. Acesso em: 02 de jun. 2004. 09:15

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. **Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições.** 2004. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf>. Acesso em: 25 de nov. 2004. 11:10

RISTOFF, Dilvo I. **Universidade em foco:** reflexões sobre a educação superior. Florianópolis: Insular, 1999.

RISTOFF, Dilvo I.; LIMANA, Amir. **O ENADE como parte da avaliação da educação superior.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/imprensa/artigos/enade.htm>>. Acesso em: 25 de nov. 2004. 10:57

THE JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. **The program evaluation standards.** 2 ed. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação:** LDB trajetória limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1997.



V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur

PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EN LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR

Mar del Plata; 8, 9 y 10 de Diciembre de 2005



VIANNA, Heraldo Marelim. Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n.27, p.41-76, jan/jun, 2003.